

Frank Simon
Universiteit Gent
Vakgroep Pedagogiek
H. Dunantlann 1
B 9000 Gent
E-mail: frank.simon@ugent.be

Angelo Van Gorp
Katholieke Universiteit Leuven
Centrum voor Historische Pedagogiek
Andreas Visaliusstraat 2 - bus 3763
B 3000 Leuven
E-mail: angelo.vangorp@ped.kuleuven.be

Recebido em: 30 dez. 2009

Aprovado em: 01 fev. 2010

Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* (Santa Catarina – 1960 a 1970)

Giani Rabelo*
Maria Stephanou**

Resumo:

No intuito de promover uma maior aproximação às práticas assistenciais e educativas, protagonizadas por religiosas do Instituto Coração de Jesus junto às crianças, filhas de operários de uma empresa do complexo carbonífero do sul de Santa Catarina (Tubarão – Brasil) entre os anos de 1960 a 1970, o estudo analisa a pedagogia missionária e a produção da ideia de infância sagrada nos registros da *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*. O documento contém informações detalhadas e minuciosas sobre o cotidiano da instituição infantil e a ação das religiosas. O jardim de infância configurou-se como espaço privilegiado para o cumprimento do propósito de prestar assistência religiosa às famílias dos operários, uma vez que várias atividades foram organizadas, buscando despertar o “sentimento religioso”, o “sentido de Deus” nas crianças. Além de aproximar a infância à ideia de pureza, alegria e inocência, tendo como referência o modelo construído pela Igreja católica, simbolizado pelo Menino Jesus, esta é afirmada como protagonista do futuro do Brasil.

Palavras-chave:

história da educação; jardim de infância; congregações religiosas femininas.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) na Universidade do Extremo Sul Catarinense/Unesc.

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

Missionary Pedagogy and the construction of the idea of a sacred childhood: The records of a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* (Santa Catarina – 1960 to 1970)

Giani Rabelo

Maria Stephanou

Abstract:

With the objective of promoting a closer look to the assisting and educational practices, set by the religious congregations of the Instituto Coração de Jesus, with the children of the workers of a coal company in the south of Santa Catarina (Tubarão – Brazil) between the years of 1960 and 1970, the study analyses the missionary pedagogy and the production of the idea of a sacred childhood in the records of *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*. The document contains detailed information about the daily activities of the children institution and the actions of the religious congregations. The kindergarten was made into a privileged place for giving religious assistance to the workers families, since various activities were organized, aiming to awaken the “religious feeling”, the “sense of God” in the children. Besides approaching the idea of purity, joy and innocence to the childhood, having as reference the model constructed by the Catholic Church symbolized by the Menino Jesus, this is reassured as the main element of the future of Brazil.

Keywords:

history of the education; kindergarten; female religious congregations.

Introdução

No intuito de promover uma maior aproximação às práticas assistenciais e educativas, protagonizadas por religiosas do Instituto Coração de Jesus, em obras missionárias junto às crianças, filhas de operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), à época estatal, uma das empresas do complexo carbonífero do sul de Santa Catarina, entre os anos de 1960 e 1970, o estudo analisa a pedagogia missionária e a produção da ideia de infância sagrada.

O jardim de infância aqui examinado localizava-se na cidade de Tubarão, Santa Catarina, Brasil. Elegeu-se como documento principal, que indicia em detalhes a experiência das religiosas à frente desta obra missionária, um documento por elas elaborado e intitulado *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*. Este constitui documento ímpar, datado desde a inauguração da instituição, a 8 de maio de 1960, até 15 de agosto de 1970. Contém informações detalhadas e minuciosas sobre o cotidiano da instituição infantil e a ação das religiosas.

Cabe lembrar ainda que o foco deste trabalho não considerou as possíveis resistências dos pais e crianças diante da pedagogia missionária, protagonizada pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus no Jardim de Infância Cristo-Rei, até porque a fonte principal deste estudo apresenta o olhar das religiosas expresso nos registros deixados num documento por elas elaborado durante dez anos de atuação.

Explorando a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei*

Nos anos de 1950, as congregações religiosas femininas estavam disseminadas em cinco cidades que abarcavam parte do complexo carbonífero distribuídas em diferentes vilas operárias com o intuito de realizarem um trabalho educativo, assistencial e religioso. Assim como nas outras vilas, em Capivari de Baixo, na Vila Operária Mendonça Lima da CSN, onde estava instalado o Lavador de Carvão e a Usina Termoelétrica, também existia um educandário para atender, exclusivamente, os filhos e filhas de

operários de 4 a 6 e até 7 anos de idade. Este, por sua vez, foi construído e mantido pela própria empresa estatal e administrado pelas religiosas do Instituto Coração de Jesus. A opção por um jardim de infância e não por uma creche provavelmente tenha se dado pelo fato de as mulheres, esposas dos operários, permanecerem, em sua maioria, no espaço doméstico. O interesse em ofertar escola primária aos filhos e filhas dos operários também não ocorreu, pois o poder público já o fazia.

A atuação das religiosas do Instituto Coração de Jesus, especialmente neste jardim de infância, resultou de um convênio firmado entre a congregação e o Departamento de Serviço Social da CSN – DSS/CSN.

Chama a atenção o fato de uma empresa pública como a estatal CSN, pertencente a um estado laico, ter contratado religiosas de uma congregação católica para atender os filhos e filhas de seus operários.

As religiosas que ali atuaram não tinham uma formação específica para este fim; no entanto, durante todo o período que trabalharam no jardim de infância, participaram de vários cursos de curta duração, dentro e fora do estado, a fim de se qualificarem pedagogicamente para tal atividade.

O documento *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari* constitui uma espécie de diário das atividades, que registra diversos aspectos do cotidiano do jardim de infância e, a partir dele, da vida na vila operária, espaço de atuação das religiosas.

A *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari* é datada desde a inauguração da instituição, a 8 de maio de 1960, até 15 de agosto de 1970. O documento é todo manuscrito e permite identificar duas caligrafias bem distintas, uma até 1967 e outra até 1970. Há indícios de que a primeira caligrafia seja da Ir. Guiomar, já que era ela, durante sete anos, a responsável em salvaguardar a memória deste educandário.

No início, as anotações são mais detalhadas e minuciosas. A partir de 1964, os registros são mais sintéticos e objetivos, havendo a redução do tamanho dos relatos ano após ano. Ao todo são 71 folhas, algumas ilustradas.

A existência da *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* foi mencionada em uma entrevista realizada com o senhor Heitor Carlos Sabadine Barbosa. Ele possuía, em seu arquivo pessoal, uma cópia

desse documento. O original, posteriormente, foi localizado no Arquivo Público de Capivari. Antes de ser doado à referida instituição, a crônica original esteve sob a guarda de Josefina Furlan, que se aposentou como professora/jardineira do referido estabelecimento.

Na capa, o documento exhibe a imagem de Jesus Cristo e remete à passagem bíblica, escrita por São Marcos:

Jesus e as crianças

Algumas pessoas traziam-lhe crianças para que as acariciasse.

Mas os discípulos ralhavam com elas.

Vendo isto, Jesus se indignou e lhes disse:

“Deixai vir a mim as criancinhas, e não as impeçais, porque o Reino de Deus

pertence

aos que são semelhantes a elas.

Eu vos declaro esta verdade: quem não acolher o Reino de Deus como uma criança, não entrará nele”.

E ele as abraçava e abençoava, e lhes impunha as mãos.

(Bíblia, s.d., Evangelho de São Marcos, 10, 13-6, p. 1037)



Figura 1: Jesus Cristo com crianças

Fonte: *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei (1960-1970)*

Essa imagem, que é uma das versões da passagem bíblica, remete à devoção da “infância sagrada” ou “santa infância”. Para Ariès (1981, p. 150-151), tal cena já era difundida na iconografia antiga da Idade Média e também nas bíblias moralizadoras do século XIII. Contudo, era tratada como ilustração banal e aparecia com pouca frequência. Só a partir do século XVI ganha maior visibilidade e importância, correspondendo a uma forma nova e especial de devoção. Além da imagem que expressa esse evento bíblico, a frase de Jesus Cristo é abundantemente parafraseada, compondo, inclusive, a literatura moral e pedagógica do século XVII.

Ao analisar o conteúdo da *Crônica do Jardim de Infância*, fica evidente o quanto a figura do Menino Jesus era associada às ações empreendidas pelas religiosas no Jardim de Infância Cristo-Rei.

Na contracapa, avista-se a inscrição: *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari. Inaugurado a 8 de maio de 1960. Obra pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional*, em letras desenhadas e circundadas com ramos de flores. Entre suas 71 folhas encontram-se, além dos escritos, colagens de imagens referentes às datas comemorativas, convites utilizados para os eventos, programas detalhados das festas, além de alguns motivos desenhados, como sinos de natal, velas, balões de São João, coelhos, bandeiras, árvores e outros.

O documento possibilita uma aproximação com as práticas pedagógicas missionárias das freiras como jardineiras e de suas auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei, ao trazer vestígios daquela cultura escolar, dos fazeres daquelas educadoras dentro e fora do educandário, das diferentes habilidades exigidas das crianças e das jardineiras e suas auxiliares, das marcas de modelação e o modo como foram planejadas no cotidiano do educandário.

A discussão sobre a cultura escolar ajuda-nos a entender como as práticas pedagógicas missionárias foram sendo construídas. Dominique Julia (2001, p. 9) concebe a cultura escolar como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. O autor ainda entende que a cultura escolar “não pode ser estudada sem a análise precisa das relações

conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou popular” (idem, p. 10).

Parafraseando Julia, analisar a cultura escolar desse estabelecimento, por meio da *Crônica*, implica considerar as relações culturais operadas no jardim de infância em direção a outros campos sociais, suas formas e conteúdos e, inversamente, as transferências culturais operadas a partir de outros setores em direção ao jardim de infância (idem, p. 37). No caso da prática pedagógica missionária em estudo, circunscrita ao Jardim de Infância Cristo-Rei, é preciso que se examinem as relações de reciprocidade entre a igreja, a CSN, as famílias dos operários e, por último, a relação com as teorias pedagógicas da educação infantil vigentes nos anos de 1960.

A implantação do Jardim de Infância Cristo-Rei na Vila Mendonça Lima

O surgimento do jardim de infância no século XIX não pode ser compreendido isolado de um movimento maior de redefinição do conceito de infância, movimento amplamente discutido pela história e pela história da educação. Igualmente não pode ser entendido sem levar em conta as mudanças ocorridas na relação da família com seus filhos.

Foi no final do século XVIII que as instituições de educação para as crianças entre 0 e 6 anos de idade começaram a se esboçar no continente europeu, inicialmente voltadas para atender crianças pobres e mães trabalhadoras (KUHLMANN JR., 2001, p. 5). Entre as várias instituições de educação infantil, foi o jardim de infância a experiência mais bem-sucedida no atendimento à infância, contrapondo-se às demais, sendo visto, às vezes, como possuidor privilegiado de uma concepção pedagógica.

Seu idealizador, Friedrich Froebel, abriu o primeiro *kindergarten* no final da década de 1840, em Blankenburgo, na Alemanha. Por meio dessa instituição, ele pretendia reformar a educação pré-escolar e assim reformar a estrutura familiar e os cuidados destinados à infância. Ao

acreditar que a educação ministrada no lar e na escola estimulava a preguiça e a indolência, propôs a introdução de horas de trabalho manual na educação das crianças. A proibição dos jardins de infância em 1851¹ favoreceu sua propagação em várias partes do mundo (idem, p. 10).

O jardim de infância, como instituição estruturada como tal, chega ao Brasil ainda no Império, convivendo com outras instituições como creches e escolas maternas destinadas às crianças de famílias pobres, subordinadas a órgãos de saúde pública ou órgãos de assistência. O primeiro jardim de infância foi criado em 1875, no Rio de Janeiro, e era particular, junto ao colégio do médico Menezes Vieira. Dois anos depois, foi implantado um outro, por imigrantes norte-americanos batistas, em São Paulo, pertencente à Escola Americana. Outras iniciativas foram implementadas posteriormente. Impõe-se destacar ainda que, em 1882, o parecer de Rui Barbosa, ao tratar da reforma do ensino primário, dedicou um capítulo ao estudo do jardim de infância, considerando-o o primeiro estágio do ensino primário, com a incumbência de buscar o desenvolvimento harmônico da criança. Mas só em 1896 o Brasil assiste à criação de um jardim de infância público. Este foi criado anexo à Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo (KUHLMANN JR., 2001, p. 474-477).

Mas é a partir do século XX, principalmente nas duas primeiras décadas, que começam a se expandir as instituições de educação infantil. Além de instituições de cunho assistencial, empresários também começam a investir na educação dos filhos e filhas de operárias, principalmente daquelas trabalhadoras da indústria têxtil.

Num contexto de expansão de vilas operárias em todo o país, o jardim de infância constitui-se, em muitas, num dos equipamentos comunitários instalados e mantidos pelas próprias empresas. As vilas operárias do complexo carbonífero, em especial a partir dos anos de 1960, implantam

esse tipo de instituição infantil e as religiosas inscrevem-se, então, neste movimento histórico de confinamento e cuidado da primeira infância, imbuídas do espírito educativo-catequético.

Quando as irmãs do Instituto Coração de Jesus chegaram a Capivari, em 1956, o jardim de infância ainda não havia sido construído. Após muitas discussões sobre onde iria funcionar o referido estabelecimento, a CSN construiu um espaço apropriado, abandonando a ideia inicial de adaptar as instalações do Recreio do Trabalhador, local que funcionava como uma espécie de clube recreativo para os operários e familiares. Decidiu-se por uma “construção adaptada ao número e idade das crianças e às orientações da psicologia infantil”, segundo as freiras.

Na visão das freiras, não poderia ser um local qualquer que passasse por algumas adaptações; manifestaram que, mesmo se tratando de um estabelecimento instalado numa vila operária, que as “orientações da psicologia infantil” deveriam ser seguidas.

Pressupunha-se que as salas do jardim de infância precisariam ser vastas, iluminadas, com lavatórios e banheiros, contrapondo-se aos locais improvisados e apertados, nos quais as crianças muitas vezes eram confinadas. O jardim de infância deveria ser um ambiente acolhedor, familiar e alegre, sendo tudo idealizado nele para as crianças, como o mobiliário, o material e os objetos. Tal adequação acompanhava a disseminação dos saberes médicos e pedagógicos do período.

A planta definitiva do jardim de infância da Vila Mendonça Lima ficou pronta em 1958 e a construção foi iniciada em novembro de 1959, sendo concluída em abril de 1960. O lugar escolhido era conhecido por todos como o “redondo”, e nele foi construído um prédio com duas salas de aula. Dois anos após a inauguração, o estabelecimento passou a contar com mais duas salas de aula, ampliando o número de matrículas.

A inauguração do jardim de infância ocorreu em conjunto com a de outras instalações, pertencentes ao poder público estadual e federal e, por isso, contou com a participação de várias autoridades vindas da CSN de Volta Redonda-RJ.

A CSN manteve o jardim de infância até 1967 sem cobrança de mensalidades; depois disso foi estipulado o valor de NCr\$5,00 (cinco

1. Segundo Allen, os *Kindergartens* receberam um forte apoio dos liberais e socialistas alemães em 1848, mas o regime reacionário prussiano proibiu os *Kindergartens* em 1851, por considerá-los centros de subversão política e de ateísmo e por facilitar e estimular o trabalho das mulheres fora da esfera domiciliar, e, além disso, por levar as características femininas para a esfera pública (1988, apud Kuhlmann Jr., 2001, p. 10-11).

cruzeiros novos) por criança matriculada, mas, por falta de adesão, as religiosas passaram para NCr\$3,00 (três cruzeiros novos), e quando havia duas crianças da mesma família a mensalidade ficava em NCr\$5,00 (cinco cruzeiros novos).

As professoras que atuavam no jardim de infância eram denominadas *jardineiras*. O referido termo tem a ver com a ideia de que a criança é comparada a uma planta delicada, que precisa da atenção e perspicácia do jardineiro para desenvolver-se com força e beleza. O papel da jardineira seria então “preparar o terreno, semear, cercar de solicitude o crescimento e o desabrochar do germe no qual se acha em potência o homem de amanhã” (Fiquemont, 1958, p. 20).

Para Arce (2002, p. 113 e 108), Froebel comparava a criança a uma planta que deveria “receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa”. Nesse caso, caberia ao bom jardineiro “ouvir” as necessidades de cada planta, respeitando o seu processo natural de desenvolvimento, uma vez que “é o processo natural da planta que deverá determinar quais os cuidados a ela deverão ser dispensados. Certas plantas não crescem bem quando regadas em demasia, já outras precisam de muita água; algumas plantas precisam de muito sol, ao passo que outras crescem melhor à sombra”.

Saberes e fazeres da pedagogia missionária das jardineiras

Para oferecer no jardim de infância uma “formação sólida, cristã e social dos pequeninos” (*Crônica*, 1960-1970, p. 5), futuros operários da CSN, era preciso que as educadoras tivessem também uma sólida formação. Com essa finalidade, as religiosas do Instituto Coração de Jesus participaram de vários momentos de formação.

Antes do início das atividades do ano de 1960, três religiosas receberam uma formação intensiva, ministrada por outras religiosas que eram professoras com experiência no assunto. Uma parte do curso foi reservada para as aulas de psicologia infantil, ministradas por uma professora leiga.

Sobre seus conhecimentos, foi registrado o fato de ela ser bem inteirada da matéria e resolver os casos de crianças apresentados com “precisão”. Também foram abordados assuntos como: horário de funcionamento do jardim, plano de ensino e divisão das turmas por idade, compreendendo as faixas etárias de 4, 5 e 6 anos. Tal divisão decorreu do entendimento de que cada uma dessas etapas exigia cuidados diferentes.

Vários assuntos eram discutidos em encontros mensais, entre eles: as qualidades de uma jardineira, ensaios de cantos para as datas comemorativas e principalmente assuntos relacionados à psicologia infantil.

Mas a formação das professoras não se resumia aos encontros mensais. Havia também as formações mais extensas, incluindo outros aspectos do ensino voltado à infância. Geralmente, quem ministrava esses cursos era Ir. Guerlinde, e no início de cada ano letivo havia a preocupação de se fazer um planejamento mais geral das atividades, além de possibilitar a discussão de questões teóricas e práticas.

Um exemplo claro do tipo de formação oferecida às professoras-jardineiras e auxiliares aparece nas anotações realizadas na *Crônica* no início do ano de 1964 (p. 43). Na ocasião, Ir. Guerlinde, orientadora pedagógica do Jardim de Infância Cristo-Rei, antes de ir para a Alemanha, sua terra natal, ofereceu mais um curso, dessa vez de quatro dias, para 11 religiosas e 25 leigas. No curso, os assuntos abordados foram divididos entre as religiosas que os ministravam e versaram sobre: planejamento anual e mensal; cantos referentes à ideia central do primeiro mês letivo e outros cantos; técnica do exercício do círculo e do silêncio; instrução prática; a catequese no jardim de infância; psicologia da criança de 4 a 7 anos; jogos infantis; elaboração de material lúdico; técnicas de desenho; exercícios práticos, com iniciação da escrita para o 3º período; programas de festas; dramatizações e, por último, ilustrações de álbuns.

Ao analisar os conteúdos dos programas de formação, chamam a atenção alguns aspectos relacionados às práticas pedagógicas das jardineiras. A pedagogia missionária estava impregnada das marcas das próprias experiências da religião católica, embora houvesse, também, uma apropriação particular dos saberes médico-pedagógicos sobre a criança. O tema psicologia infantil indica esse traço. A busca de uma

eficácia educativo-religiosa implicou estabelecer pontos de aproximação entre esses saberes, realizar algumas adaptações de uns a outros e, a partir disso, construir renovações na forma de ensinar as crianças do Jardim de Infância Cristo-Rei.

A formação das professoras-jardineiras também ocorria em encontros oferecidos por outras instituições. Há registros de que em 1965, por exemplo, elas participaram de um curso em Florianópolis, representadas pela Ir. Claudete e Josefina. O referido curso aconteceu no Colégio Coração de Jesus, com duração de dez dias. Participaram do evento 66 pessoas, entre professoras-jardineiras e auxiliares leigas e religiosas de várias congregações.

A mensagem final do curso dizia: “Educadora, tua missão é árdua e exige de ti muita compreensão, ciência e muito amor” (*Crônica*, 1960-1970, p. 51). Não bastaria apenas compreensão e muito amor; era preciso, também, dialogar e colocar em prática conhecimentos científicos para que as suas intervenções pudessem resultar na formação de pessoas mais inteligentes, capazes, verdadeiros cristãos. A palavra “ciência” revela a apropriação das educadoras de saberes de outros campos do conhecimento, especialmente os médico-pedagógicos.

Fica evidente a tentativa em moldar as crianças, cabendo às educadoras esse papel, a fim de que viessem a atender as necessidades da Igreja católica e da sociedade. A comparação da criança com a argila foi feita anteriormente por Froebel em seu livro *A educação do homem*. O autor, ao referir-se ao jovem ser humano, afirma que ele “é observado como um pedaço de cera, uma porção de argila na qual o homem pode moldar o que ele deseja” (Froebel, 1887, apud Arce, 2002, p. 116). À professora-jardineira incumbia tal responsabilidade e qualquer deslize contribuiria para a deformação da criança.

Para o autor, a modelagem atribuída ao educador sobre a criança não deveria contrapor-se à natureza divina dela, propulsora de um desenvolvimento belo e harmonioso.

A partir da apropriação dos conhecimentos ofertados nos vários encontros de formação e na troca de experiências com educadoras de outros jardins de infância, as professoras-jardineiras e auxiliares do

Jardim de Infância Cristo-Rei foram construindo novas competências e inventando novas práticas. As religiosas, antes de assumirem esse trabalho, não possuíam uma formação específica, apenas contavam com a formação própria da vida religiosa e, por isso, a improvisação e o pedido de auxílio a Deus, diante das situações que se tornavam complicadas e que eram recorrentes.

As jardineiras nas primeiras semanas não seguiram nenhum plano de aula, na tentativa de ambientar as crianças por meio de conversas, histórias e brincadeiras. No entanto, o processo de adaptação foi recíproco, uma vez que para as irmãs jardineiras e suas auxiliares se tratava de uma experiência nova, na qual elas eram ainda aprendizes.

Posteriormente, para cada mês era realizado um planejamento específico pautado numa “ideia central” que era trabalhada com as crianças, geralmente associada às datas comemorativas, como Páscoa, Dia das Mães, Festa de São João, Dia dos Pais, Semana da Pátria, Dia da Árvore, Dia da Criança, Natal etc. Essas, por sua vez, eram circundadas por atividades, trabalhos, brincadeiras e histórias, culminando com eventos festivos, dentro ou fora do jardim de infância. Vale ressaltar a utilização da “ideia central” como elemento desencadeador do planejamento das atividades que as jardineiras deveriam realizar com as crianças.

A “ideia central” aparece no livro *Jardins de infância*², de Jeanne Evrard Fiquemond. Trata-se de uma autora francesa, diplomada pelo Instituto J. J. Rousseau et Jardinières Défants de Genebra, que atuou num jardim de infância que ela própria fundou na Argélia. Essa obra foi utilizada como uma espécie de manual nesse educandário, e, certamente, em outros da época, sendo até presenteado às jardineiras nas datas de aniversário.

Para a autora, o termo “ideia central” ou “centro de interesses” não é de origem decroliana, pois já era adotado em escolas que empregavam o método Froebel, sendo, portanto, de inspiração froebeliana. O precursor do jardim de infância defendia o princípio da unidade, que posteriormente

2. O ano de publicação no Brasil é 1958.

foi retomado por seus discípulos. A utilização da “ideia central” foi assim definida pela autora:

Nos jardins de infância froebelianos, ou nos que não têm nenhum método definido, uma ideia central tem por ponto de partida a introdução de um assunto de interesse que dá margem a conversas, observações dirigidas, realizações práticas, passeios, se possível evoluções, em suma grande número de atividades variadas que tem em si uma relação estreita. É principalmente a professora que escolhe o assunto, com o qual estabelece previamente o programa [Fiquemont, 1958, p. 105].

As atividades realizadas pelas professoras-jardineiras e suas auxiliares no entorno das “ideias centrais” e a programação das “festinhas” eram definidas em encontros mensais. Esses agregavam não só as professoras-jardineiras e auxiliares do Jardim de Infância Cristo-Rei, mas também de outros educandários infantis da cidade de Tubarão, administrados ou não pelo Instituto Coração de Jesus. Participavam também as religiosas e leigas que atuavam nos jardins de infância “Santo Afonso”, de Humaitá, “Pio XII”, de Passagem; “Dom Anselmo”, de Oficinas, as “Pastorinhas de Fátima”, de Morrotes, e “São Judas”, situado à margem esquerda do Rio Tubarão. Provavelmente, esses encontros, que reuniam educadoras de diferentes instituições infantis, buscavam certa uniformidade no fazer pedagógico.

Uma das professoras-jardineiras mais antigas do Jardim de Infância Cristo-Rei, Josefina Furlan (Pina), confirma que, desde o início, o método seguido para trabalhar com as crianças foi o Método Montessori, e que, para atuar nessa perspectiva, elas participaram de vários cursos em nível local e estadual³.

Na organização das atividades a serem realizadas com as crianças, percebe-se uma ênfase na utilização de jogos, de material lúdico, de desenho, ou seja, os exercícios práticos ocupavam um papel preponde-

rante nos fazeres pedagógicos, o que guarda relação com os pressupostos escolanovistas que fundamentaram muitas das propostas pedagógicas desenvolvidas em jardins de infância da época. Cabe lembrar que a Escola Nova contribuiu para a “introdução de novos elementos para se compreender a infância como uma idade diferenciada das demais e a necessidade de se melhorarem as condições físicas, pedagógicas e psicológicas das escolas” (Leal, 2003, p. 60).

Dois temas chamam especial atenção na formação organizada para as educadoras pela Ir. Guerlinda, no início do ano de 1964: a indicação do uso da técnica do exercício do silêncio e a catequese. Ao recorrer ao livro *Jardins de infância*, é possível verificar a importância atribuída à formação do caráter das crianças. A autora apresenta a *lição de silêncio* como um dos exercícios preparatórios para o domínio de si, indicado por Montessori. São exercícios que trazem como exigência o silêncio absoluto estabelecido progressivamente. Um deles é assim descrito:

A professora colocada no fundo da sala, ou na sala vizinha, chama em voz neutra cada criança, começando pelas mais atentas. O escolhido levanta-se, arruma a cadeira e, na ponta dos pés, vai juntar-se à professora, permanecendo imóvel junto dela até o fim. Sucessivamente, todas as crianças serão assim chamadas. Essa lição, bem feita, constitui um ótimo exercício para a prática da disciplina [Fiquemont, 1958, p. 167].

Embora se referindo a um exercício indicado no campo pedagógico montessoriano, a catequese, integrando um outro conjunto de saberes, apropria-se dos mesmos mecanismos do exercício do silêncio para que o aprendizado por meio da oração, da reflexão e do diálogo interior aconteçam.

A presença dos saberes científicos na prática pedagógica das religiosas é indiscutível, ficando isso ainda mais evidente na preparação das crianças para a escola primária. O ensino da leitura e da escrita era priorizado no 3º período, ou seja, no ensino das crianças de 6-7 anos, o que é confirmado pela introdução dos Testes ABC no jardim de infância, a partir de 1961.

3. Josefina Furlan. Entrevista concedida a Giani Rabelo, em 06/02/2004, em Capivari de Baixo – Tubarão/SC.

Os Testes ABC eram empregados com a finalidade de medir o grau de maturidade para a leitura e para a escrita, ficando as crianças classificadas em diferentes níveis de maturidade.

Os Testes ABC, sistematizados por Lourenço Filho, resultaram na obra *Teste ABC: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita*, publicada pela primeira vez em 1933⁴. Não reuniam provas originais, ao contrário, agrupavam testes e técnicas bem conhecidas. Num primeiro momento, compunham uma série de 22 exercícios. À medida que esses foram sendo experimentados, houve uma redução dos exercícios, passando então para oito os pontos de análise, que foram esboçados e deveriam ser observados na hora da aplicação dos testes⁵. O propósito dos Testes ABC não era verificar a aprendizagem da leitura e da escrita, afirmação que apareceu nos registros da *Crônica*. Para Lourenço Filho (1962, p. 57), os Testes ABC serviam para classificar as crianças “pela capacidade real de aprendizagem na leitura e na escrita”, ou seja, não tinham a intenção de identificar se a criança sabia ler e escrever, mas sim medir o nível de capacidade para a aprendizagem desses dois processos. Mais precisamente, “os Testes ABC foram organizados para um objetivo fundamental: diagnosticar, nas crianças que procuram a escola primária, um conjunto de capacidades necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita” (idem, p. 143, grifo do autor).

O processo de exclusão promovido pelos resultados dos Testes ABC reafirma as bases teóricas que os sustentam, pautadas na ideia de que crianças imaturas biologicamente são incapazes de aprender. Para Fontana e Cruz (1997, p. 21), “os resultados de tais testes têm, historicamente, impedido que inúmeras crianças tenham acesso ao conhecimento e à

própria escolarização, ao fornecerem indicadores de sua ‘imaturidade’ ou de seus ‘déficits’ de ‘inteligência’”.

Das anotações realizadas na *Crônica* sobre os resultados dos testes, fica evidente que a maior parte das crianças entre 6 e 7 anos alcançava o nível médio e superior, e raros eram os casos de crianças com nível de maturidade elevado ou elevadíssimo. No entanto, também havia aquelas que eram classificadas no nível inferior, ou melhor, nulo, e até aquelas incapazes de responderem aos testes.

A aplicação dos testes mostra os movimentos das freiras no intuito de dotar a ação pedagógica de “validade científica”, movimento que busca legitimar e fortalecer a presença das religiosas na vila operária. Isso nos faz pensar sobre a produção de um efeito de verdade em relação aos mantenedores, muito mais do que em relação às famílias.

Os fazeres pedagógicos arrolados a partir da articulação entre saberes médico-pedagógicos e saberes religiosos foram desencadeando um conjunto de atividades que sustentaram durante dez anos a ação educacional das religiosas no Jardim de Infância Cristo-Rei, como as brincadeiras, os eventos em torno das “ideias centrais”, a catequese aliada ao patriotismo.

Considerações finais

A região sul de Santa Catarina caracteriza-se pelas marcas profundas das atividades carboníferas, tanto no campo social, político, cultural e econômico quanto ambiental. Desde o início do século XIX até o final do século XX, a extração do carvão mineral dinamizou a vida econômica da região. A vila operária na qual as religiosas do Instituto Coração de Jesus atuaram integrava o complexo carbonífero catarinense.

Essas vilas operárias constituíram-se em meio a uma forte expansão das atividades carboníferas. Em Capivari, a montagem das instalações da CSN aconteceu entre os anos de 1943 e 1945. Para acolher seus operários, entre outras iniciativas, a empresa organizou uma espécie de minicidade em Capivari, composta pelo Recreio do Trabalhador, com sala de cinema,

4. O livro, em sua 6ª edição, publicado em 1962, além de trazer dois novos capítulos, traz também anexo o material para a aplicação dos Testes ABC.

5. Os pontos para análise eram os seguintes: 1) Coordenação visual-motora; 2) Resistência à inversão na cópia da figura; 3) Memorização visual; 4) Coordenação auditivo-motora; 5) Capacidade de prolação; 6) Resistência à ecolalia; 7) Memorização autidiva; 8) Índice de fadigabilidade; 9) Índice de atenção dirigida; e 10) Vocabulário e compreensão geral (Lourenço Filho, 1962, p. 57).

ambulatório equipado com distribuição de medicamentos e oferta de serviços médicos e odontológicos, jardim de infância, armazém, padaria, refeitório, açougue, dois clubes de futebol. Aí atuaram as religiosas que produziram a *Crônica* examinada neste estudo.

A análise da *Crônica* do Jardim de Infância Cristo Rei possibilitou pôr em evidência a presença da figura do Menino Jesus, associada às ações empreendidas pelas religiosas naquele jardim com a finalidade de cumprir um dos propósitos firmados no convênio entre estas e a CSN, ou seja, prestar assistência religiosa às famílias dos operários.

O jardim de infância configurou-se como espaço privilegiado para o cumprimento de propósitos missionários e educativos, normalizadores e disciplinadores, católicos e cívicos, em que várias atividades foram organizadas com as crianças, buscando despertar o “sentimento religioso”, o “sentido de Deus”. “Aulinhas” de religião, comemoração da morte e ressurreição de Jesus Cristo, coroação de Nossa Senhora, procissão de Corpus Christi, Dia da Criança, traslado de recém-nascidos atingidos pela mortalidade infantil são exemplos de práticas nas quais as crianças participavam ativamente.

O Dia da Criança foi uma data incorporada ao calendário comemorativo do jardim e ocupou lugar especial no processo de catequização. A exaltação à figura do Menino Jesus, por meio de aspectos como obediência, amor e dedicação aos pais foi intensamente explorada, no intuito de educar as crianças do jardim. Como foi dito anteriormente, o tema era catequético e, a forma, exemplar.

Outra prática, como a distribuição de santinhos, foi difundida, visando disseminar entre as crianças e suas famílias as imagens de santos e santas da Igreja católica, o que não foi exclusivo daquela instituição. As ações foram insidiosas, organizadas para produzir sujeitos embebidos e praticantes dos valores católicos, por meio da adoção de rituais, práticas cotidianas e discursos, intenção proeminente das pedagogias missionárias, no contexto da produção carbonífera no sul do Brasil.

Além disso, percebe-se que houve a presença indiscutível dos saberes científicos na prática pedagógica das religiosas, ficando isso ainda mais

evidente na preparação das crianças para a escola primária. O ensino da leitura e da escrita era priorizado no ensino das crianças de 6-7 anos, o que é confirmado pela introdução dos Testes ABC no jardim de infância, a partir de 1961.

Referências bibliográficas

ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Frebel e a pedagogia dos jardins de infância. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 20, p. 107-120, maio-jun.-jul.-ago. 2002.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981.

BÍBLIA Sagrada. Petrópolis: Vozes, 1982.

CRÔNICA do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari (1960-1970). Instituto Coração de Jesus. Capivari (SC).

FIQUEMONT, Jeanne Evard. *Jardins de infância*. São Paulo: Flamboyant, 1958.

FONTANA, Roseli A. C.; CRUZ, Maria Nazaré da. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, SBHE, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KUHLMANN JR., M. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, C. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

LEAL, Maria Cristina. Retratos da educação brasileira: contraste entre a educação republicana imaginada e realizada. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Maria Araújo Lima (Org.). *História e Memória da Escola Nova*. São Paulo: Loyola, 2003.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

Endereço para correspondência:
Giani Rabelo
Avenida Universitária, 1.105
Bairro Universitário
Criciúma-SC
CEP: 88.806-000
Caixa Postal: 3167
E-mail: gra@unescc.net

Maria Stephanou
Av. Paulo Gama, s/nº Prédio 12.201,
Redenção
Porto Alegre-RS
CEP: 90.046-900
E-mail: mariast@edu.ufrgs.br

Recebido em: 28 jul. 2009
Aprovado em: 13 out. 2009

A “liberdade de ensino” e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964

Alvaro de Oliveira Senra*

Resumo:

Este artigo aborda a utilização do conceito de “liberdade de ensino” pelo setor privado da educação escolar para defender seus interesses na educação escolar brasileira no período democrático compreendido entre os anos de 1945 e 1964. Fundamentado na hegemonia dos católicos, que atuavam no interior dos sindicatos patronais e que dispunham de uma entidade própria, a Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), o privatismo educacional baseou-se em uma argumentação de natureza não capitalista, fundada no direito das famílias.

Palavras-chave:

educação pública e privada; Igreja católica; política educacional.

* Doutor em ciências sociais e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Tem larga experiência docente nos ensinos médio e superior e vários artigos e capítulos de livros publicados.